



UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU

DANIELA ALVES DE PAULA
IZABEL TOMAZ DE CARVALHO
NAIDE PAULINO DA SILVA
VITOR MENONI

**CONSTRUÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL:
E A POLÍTICA DE ANTI-DESMATAMENTO DO BRASIL**

São Paulo
2022

DANIELA ALVES DE PAULA
IZABEL TOMAZ DE CARVALHO
NAIDE PAULINO DA SILVA
VITOR MENONI

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de graduação em
Ciências Econômicas da Universidade São
Judas Tadeu, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Profº Carlos Penha/ Profº Reinaldo Mora

São Paulo
2022

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho e conclusão foi graças aos nossos queridos orientadores Profº Carlos Penha e Profº Reinaldo Mora por todo suporte necessário.

RESUMO

O trabalho tem como tema central apresentar o início da discussão ambiental no Brasil trazendo as principais conferências desde o início da década de 70, onde é apresentado um relatório alarmante sobre a escassez de bens essenciais para o ser humano até o acordo de Paris. Esse acordo é, atualmente, o que está em vigor e tem como objetivo a diminuição do efeito estufa como maior objetivo, mas de todos os objetivos acordados pelo Brasil, o que analisaremos aqui será o combate ao desmatamento, reflorestamento e suas medidas para atingir a meta. A análise se dará por meio dos dados fornecidos pelo MapBiomas para examinar o quão longe ou perto estamos de atingir a meta.

Palavras-chaves: Efeito estufa, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, desmatamento, Amazônia, políticas públicas brasileiras.

ABSTRACT

The study “Construction of the environmental agenda: The anti-deforestation policy” has as its central theme to present the beginning of the environmental discussion around the world, taking the main conferences since the beginning of the 70's where an important report is presented on the economy of essential goodsactions for the human being until the Paris. This agreement is currently in force and target to reduce the greenhouse effect as its main objective, but of all the objectives agreed by Brazil, what we will analyze here will be the fight against deforestation and reforestation and its measures to reach the target, analysis will be given through the data provided by MapBiomas to verify how far or close we are to reach the Target.

Keywords: Greenhouse Effect, World Commission on the Environment, Deforestation and Reforestation in the Amazônia, Amazônia, Brazilian Public Policies

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1: Mapa de Calor Áreas Desmatadas.....	22
---	----

GRÁFICO

GRÁFICO 1: Histórico Desmatamento Km ²	22
---	----

QUADROS

QUADRO 1: Instrumentos de Política Ambiental (Brasil).....	20
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	LIMITES DO CRESCIMENTO	8
2.1	CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO	10
2.1.1	A COMISSÃO MUNDIAL PARA MEIO AMBIENTE.....	11
2.1.1.1	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SEUS CONCEITOS.....	12
3	PRIMEIRA CONFERÊNCIA AMBIENTAL NO BRASIL	14
3.1	CONFERÊNCIA DE QUIOTO	15
3.1.1	RIO DEZ E RIO MAIS VINTE.....	16
4	AGENDA AMBIENTAL DO BRASIL	18
4.1	DESMATAMENTO NO BRASIL E SEU COMBATE	18
4.1.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
5	RETROCESSO NA PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	24
	REFERÊNCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a preservação ambiental é uma discussão comum entre população global e representantes do governo, mas ela se deu início na década de 70 onde a partir do trabalho de cientistas do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) foram descobertos quantos anos teríamos caso continuássemos com crescimento populacional e industrial desenfreado. O cenário catastrófico calculado pelo computador foi chamado de “Os Limites do Crescimento” e além de trazer o problema à tona também apresentava uma solução polêmica com a limitação da indústria, área desmatada, poluição dos rios e controle de natalidade.

A ONU (Organização das Nações Unidas) a partir desse encontro criou uma agenda para assumir medidas que protejam o meio ambiente, nesses encontros são apresentados para o mundo temáticas como: aquecimento global, efeito estufa, camada de ozônio, mudanças climáticas. Hoje temos diversas pesquisas, livros e palestras detalhadas, mas na época eram descobertas.

Objetivo deste artigo é apresentar o papel desempenhado pelo Brasil com a comissão do meio ambiente ao longo dos anos, contribuições para metas, acordos assinados e quais são resultados até momento atual. Portanto, daremos destaque para políticas públicas e incentivos econômicos criados para proteção da floresta amazônica, já que possuímos a 2º maior floresta do mundo (G1, 2020).

2 LIMITES DO CRESCIMENTO

A partir de 1960 as discussões sobre os recursos naturais em relação ao crescimento econômico ganharam força, tanto no sentido das restrições ambientais sobre o crescimento econômico, quanto das consequências para o meio ambiente desses recursos naturais utilizados em prol da economia [AMAZONAS, 1999 ou 2001]. Segundo AMAZONAS [1999 ou 2001] economia ecológica é decorrente da questão ambiental, questionando a importância do crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais, de modo que na falta de preservação e qualidade ambiental venha intervir negativamente no crescimento econômico. A economia ecológica é vista como um sistema econômico aberto, no qual ela interpreta as relações entre o ser humano e empresas com limites ecológicos, como por exemplo, a extração de recursos naturais para produção de bens de consumo e como é aceito pelo meio ambiente as consequências dessas extrações.

Mesmo que as discussões sobre economia ecológica e o crescimento econômico tenham ganhado maior importância no final de 1960, existia uma preocupação com a extração dos recursos conhecida como economia dos recursos naturais por Malthus e Jevons no século XIX, Hotelling em 1930 e pelo governo americano que iniciou pesquisas de recursos naturais escassos (FISCHER & PETERSON, 1976 apud CARVALHO, 2017, p.17.) Howard Thomas Odum foi um dos mais importantes ecologistas que defendia a causa da inovação e sustentabilidade, uma das maiores mentes da ecologia, ciências do ambiente e ecologia de sistemas (FISCHER & PETERSON, 1976 apud CARVALHO, 2017, p.17.)

A crítica ambientalista se estendeu e ganhou uma proporção maior devido às preocupações que o meio ambiente estava e está passando por conta da extração de recursos naturais não sustentáveis, diante dessa grande proporção e todo contexto, em 1968 o ex-presidente do comitê econômico da OTAN e FIAT Aurelio Peccei e o cientista Alexander King, iniciaram um debate pensando na preservação do meio ambiente e as consequências da não preservação ambiental no futuro junto com alguns nomes importantes da época de economistas, cientistas, educadores e indústrias. Assim surgiu o Clube de Roma que atualmente é uma organização não governamental com objetivo de avaliar questões políticas, econômicas e sociais relacionadas ao bem-estar do meio ambiente, composto por membros acadêmicos,

políticos, cientistas e empresários (LIMA, 2012).

Em 1972 o clube de Roma solicitou ao MIT um relatório denominado “Os Limites do Crescimento” ou conhecido como relatório Meadows, um estudo com modelos informáticos com o objetivo de chamar a atenção da sociedade de um assunto tão importante que era deixado de lado, a questão ambiental (LIMA, 2012). O relatório Meadows foi liderado por Dennis e Donella trazendo a interação do homem com o meio ambiente, o aumento populacional e a escassez dos recursos naturais.

O relatório Meadows apontaram três pontos cruciais, primeiro ponto foi com o aumento populacional, por consequência da poluição, industrialização, produção de alimentos e escassez de recursos naturais, a sociedade acabaria com os recursos em uma estimativa de 100 anos. A segunda conclusão apontada foi a tentativa de um sistema sustentável da estabilização ecológica e pôr fim, a expectativa de estabilização com o bom senso das pessoas. Com tudo, isso era sugerido a política de “crescimento do zero”, ou seja, uma economia com base nas atividades e políticas econômicas com o objetivo de um governo em estado de equilíbrio ao longo prazo, minimizando um colapso econômico ou escassez de recursos naturais (MEADOWS et. al. 1972. p.166).

Utilizando um modelo matemático, foi calculado projeções divididas em duas categorias: a física (que envolve alimentos, matérias primas, combustíveis e sistema de ecológico do planeta) e social (voltado para necessidades sociais da população), que todo desenvolvimento e crescimento que a sociedade realizasse iria diminuir o espaço de terras cultiváveis, além do esgotamento dos recursos naturais utilizados pela indústria, ou seja, gerando um problema de escassez para os anos 2000 se algo não fosse feito (MEADOWS et. al. 1972. p.18).

A solução apresentada pelo grupo era que a humanidade reconhecesse que os recursos do planeta são finitos e deveríamos frear qualquer desenvolvimento. Um grande debate sobre a eficácia do modelo e críticas apontando que apenas os países ricos se beneficiariam e prejudicariam os países subdesenvolvidos a estagnação, apesar das críticas houve impacto na sociedade fazendo o assunto ser amplamente discutido (MEADOWS et. al. 1972).

2.1 CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO

Diversos estudos foram feitos em prol das extrações de recursos naturais, de

maneira sustentável e com o objetivo de um futuro melhor do meio ambiente e como a sociedade iria se comportar cientificamente, politicamente e economicamente, a ONU organizou em 1972 a Conferência Mundial conhecida como Conferência de Estocolmo. No mesmo ano de 1972 foi feito um estudo pelo MIT sobre as condições do meio ambiente ao redor do mundo e os impactos na natureza com o desenvolvimento econômico através dos recursos naturais chamado de “desenvolvimento zero”, muito desses impactos na natureza era por conta do desenvolvimento capitalista dos países subdesenvolvidos visando melhoria da sociedade e lucro (FEITOSA, 2013).

De acordo com Le Prestre (2005, p. 174-175) quatro motivos foram apontados para a realização dessa Conferência:

- a) o aumento da cooperação científica nos anos 60, da qual decorreram inúmeras preocupações, como as mudanças climáticas e os problemas da quantidade e da qualidade das águas disponíveis;
- b) o aumento da publicidade dos problemas ambientais, causado especialmente pela ocorrência de certas catástrofes, eis que seus efeitos foram visíveis (o desaparecimento de territórios selvagens, a modificação das paisagens e acidentes como as marés negras são exemplos de eventos que mobilizaram o público);
- c) o crescimento econômico acelerado, gerador de uma profunda transformação das sociedades e de seus modos de vida, 70 especialmente pelo êxodo rural, e de regulamentações criadas e introduzidas sem preocupação suficiente com suas consequências em longo prazo;
- d) inúmeros outros problemas, identificados no fim dos anos 1960 por cientistas e pelo governo sueco, considerados de maior importância, afinal, não podiam ser resolvidos de outra forma que não a cooperação internacional. São exemplos destes problemas as chuvas ácidas, a poluição do Mar Báltico, a acumulação de metais pesados e de pesticidas que impregnavam peixes e aves (LE PRESTRE, 2005, p. 174-175 apud GURSKI, GONZAGA, TENDOLINI, 2012, p. 69).

O estudo “desenvolvimento zero” propôs a paralisação do crescimento econômico nos países subdesenvolvidos com o objetivo de evitar graves problemas para o meio ambiente nos recursos naturais, como contrapartida os países subdesenvolvidos se recusaram a paralisar o crescimento econômico de seus respectivos países por conta do desenvolvimento da industrialização e a paralisação desse desenvolvimento econômico industrial, acarretando uma desaceleração e prejudicando os países de forma econômica e política, surgindo o “desenvolvimento a qualquer custo” (FEITOSA, 2013). Os países desenvolvidos apoiam a paralisação do crescimento econômico dos países subdesenvolvidos para evitar tragédias no meio

ambiente com base no estudo “desenvolvimento do zero” (FEITOSA, 2022).

Segundo FEITOSA (2013) a conferência de Estocolmo teve a participação de 113 países apoiando a importância do desenvolvimento econômico de forma sustentável e preservando o meio ambiente, porém, a conferência de Estocolmo não teve o apoio da antiga União Soviética e dos países do leste europeu. Dentre esses 113 países, os Estados Unidos da América se colocaram à disposição, apoiando a preservação de recursos naturais de forma sustentável e reduzindo a poluição na natureza. O Brasil, por sua vez, apoiava o uso de recursos naturais em prol do desenvolvimento econômico do país a qualquer custo, não se importando com as consequências futuras que a natureza viria a sofrer.

A conferência de Estocolmo não teve o consenso de todos os países, mas levantou um tema muito importante para o futuro da humanidade e pela primeira vez ganhou força mundial da importância da consciência ecológica e desenvolvimento econômico sustentável, expondo e comprovando que o uso desenfreado de recursos naturais acarreta consequências em escala mundial nas gerações futuras (FEITOSA,2013).

A partir da conferência realizada em 1972 outros estudos e conferências foram organizadas nos anos seguintes, como por exemplo, o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente), entre outros. Nos anos 70 houve uma emergência do movimento ambientalista preocupado com a natureza e a pobreza, pesquisadores criaram a institucionalização da economia ecológica juntando o meio ambiente e a economia (FEITOSA,2013).

2.1.1 A COMISSÃO MUNDIAL PARA MEIO AMBIENTE

O Encontro de 1987 tinha como objetivo contribuir e criar integração com a economia e o meio ambiente e limites na utilização dos recursos naturais e do ambiente em geral, sem prejudicar economicamente os países. Para cúpula internacional, os principais pontos que impediam o avanço na pauta ambiental era a pobreza dos países subdesenvolvidos (RELATÓRIO BRUNDTLAND,1987).

Reconhecemos que a pobreza, a deterioração do meio ambiente e que o crescimento populacional está indissolavelmente ligado, que nenhum desses problemas fundamentais podem ser resolvidos isoladamente. Venceremos ou fracassaremos juntos. Chegar a uma definição de desenvolvimento sustentável aceita por todos continua sendo um desafio para todos os que estão empenhados no processo de desenvolvimento (RELATÓRIO BRUNDTLAND,

1987, p. 48).

Os pesquisadores ambientalistas entendem que uma economia desenvolvida é necessária para que os governantes procurem alternativas para o bem-estar social da vida dos cidadãos, com os principais indicadores como geração de emprego, diminuição da pobreza, educação, saúde e âmbitos ambientais como saneamento básico, coleta de lixo, tratamento da água, desmatamento e poluição.

Para o avanço da discussão, neste encontro foram apresentadas soluções para barreiras e problemas não pensados pelo grupo do clube de Roma e os impasses do encontro de Estocolmo. O relatório fez a junção de ecologia e desenvolvimento se atentando às dificuldades dos países ricos e pobres, para isso o modelo econômico utilizado foi o neoliberal. A comissão afirma: “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras” (BRUNDTLAND, 1987, p 46).

O argumento de que a paralisação do crescimento utilizado no primeiro relatório já é deixada de lado, mas é claro, a todo momento pensando que isso não será feito com nenhum tipo de conflito com os grupos que se opunham em Estocolmo.

2.1.1.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SEUS CONCEITOS

O desenvolvimento sustentável foi designado pela primeira vez em 1987 no Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que pertence à ONU (FARIAS, 2010).

Desenvolvimento é a ação ou efeito de se desenvolver, crescer e progredir, dito isso, partimos do princípio da forma que os seres humanos estão utilizando os recursos naturais, resultando em problemas gigantescos no meio ambiente, na economia e até mesmo no ambiente social.

Sabemos de imediato que a sustentabilidade ainda tem um longo caminho a percorrer para que chegue a todos e atenda às necessidades das próximas gerações, sem a preocupação de comprometer fatores cruciais no desenvolvimento sustentável. Para que isso aconteça, é necessário traçar planos e metas de acordo com os recursos naturais e não com os recursos econômicos, que deixam dúvidas entre muitos. O recurso natural é o mais importante no primeiro momento, para que depois venha o crescimento econômico, caminhando juntamente.

Um dos planos mais importantes é entender que em cada hemisfério deve-se tomar uma medida, de acordo com a vivência de cada população, justamente para que não desequilibre o meio ambiente e faça com que o progresso no desenvolvimento sustentável desande. Segundo autor “Se tomássemos as mesmas providências no hemisfério Sul e Norte, a quantidade de combustíveis fósseis consumida hoje aumentaria em 10 vezes e a de recursos minerais aumentaria em 200 vezes.” (THALISSON, 2021).

Dessa forma, seguem buscando alternativas para que cada país tome medidas cabíveis na busca do desenvolvimento sustentável e que as medidas consideradas um grande desafio se torne um dever por ser a mais apropriada. Mas para quem coloca desenvolvimento econômico em primeiro lugar, não parece deixar fáceis certas medidas, podendo contribuir para um conflito de interesses, já que existe um esforço de partes como o governo, empresários e sociedade.

3 PRIMEIRA CONFERÊNCIA AMBIENTAL NO BRASIL

O Rio 92 foi a primeira conferência sobre o meio ambiente realizada pelas Nações Unidas no Rio de Janeiro, 20 anos depois da conferência de Estocolmo. Esse fato aconteceu em 1992 e foi um sucesso, visto que, até os anos 70 era pouco falado sobre a sustentabilidade e até mesmo acreditavam que o meio ambiente seria uma fonte inesgotável de recursos (IGNÁCIO, 2020).

Alguns anos antes da conferência do Rio de Janeiro, chamada Rio-92 ou Eco- 92, foi desenvolvida uma comissão, denominada CMED (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), para que pudessem se preparar para realização da conferência, em 1992 foi produzido um documento intitulado de relatório Brundtland e além desse relatório, ocorreu a junção de vários outros, como “Carta da Terra” e “Agenda 21”, sendo que o último foi considerado um dos mais importantes relatórios e acordos entre os 179 países (BARRETO, 2009).

A conferência de 92 foi um marco importante na história do meio ambiente no Brasil e no mundo, visto que, foi reconhecida a deterioração do ambiente e identificado as responsabilidades. A conferência também conseguiu estabelecer metas significativas de cinco a dez anos, dentro do domínio da ONU, propondo mudanças e traçando formas de monitoramentos em todo o mundo. A partir disso, a verificação se tornou frequente e foram incorporados alguns protocolos, incluindo o protocolo de Quioto (BARRETO, 2009).

Os resultados do Rio-92 foram relevantes e um dos mais respeitáveis foi CDB (Convenção da Diversidade Biológica). A ação entrou em vigor em 1993 no mundo e teve três principais bases para sua estrutura: conversação da diversidade biológica, uso sustentável da biodiversidade e repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização de recursos energéticos, se referindo a biodiversidade nos níveis de ecossistema, espécies e recursos energéticos (RODRIGUES, 2021). A Convenção da Diversidade Biológica foi implantada durante a ECO-92 e assinada por mais de 150 países, sendo um dos acordos mais conhecidos e assinados (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2020). Depois da ECO-92 começaram a acontecer outras conferências e duas delas discutem questões ainda propostas pela CDB, uma delas é a COP (Conferência das Partes) que é composto por todos os governos e organizações regionais de integração econômica.

O intuito do CDB é gerar impacto e fazer com que cada território seja preservado, trazendo biodiversidade, recursos naturais e desenvolvimentos, tanto social quanto econômico. Em junho do último ano, 2021, propuseram outras estratégias para solucionar os problemas atuais na natureza até 2030. Segundo o próprio site das Nações Unidas (2021) um dos vinte e um exemplos para começar esse gerenciamento é eliminar incentivos que prejudicam a biodiversidade em pelo menos 500 bilhões de dólares por ano (ONU, 2021).

3.1 CONFERÊNCIA DE QUIOTO

Em nova conferência realizada no Japão, na cidade de Quioto, foi estabelecido medidas para redução/contenção dos gases de efeito estufa. Diferente do primeiro encontro realizado no clube de Roma onde os países subdesenvolvidos seriam prejudicados pelas políticas de crescimento zero, a proposta do encontro foi equilibrar o jogo tornando os países industrializados pela redução a níveis de 1990. Segundo relatório disponibilizado pelo senado brasileiro os países em desenvolvimento como Brasil, China, México e outros, passariam a desenvolver um papel voltado ao investimento em tecnologias ecologicamente corretas e vendas de cotas de emissão (PROTOCOLO QUIOTO, 2004).

Cada Parte incluída no Anexo 1 deve se submeter à consideração do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico dados para o estabelecimento do seu nível de estoques de carbono em 1990 e possibilitar a estimativa das suas mudanças nos estoques de carbono nos anos subseqüentes (PROTOCOLO DE QUIOTO, 9, p. 19).

Devido a sua característica de dar oportunidade de crescimento pelo compartilhamento de tecnologia entre os países do anexo 1 e 2, sem a necessidade de redução de crescimento, o EUA se sentiu ameaçado pela proposta e não concordou com o cumprimento integral do acordo, portanto foi assumido um objetivo parcial onde se limitava-se o crescimento em 7% (PROTOCOLO QUIOTO, 2004).

Com o todo acontecimento na reunião, o Brasil elabora um plano de ação em que o ministério da tecnologia juntamente com relações exteriores forma uma força tarefa para executar os compromissos firmados pelo Brasil em Quioto. No qual consistia em desenvolver informações científicas que seriam compartilhadas com os países do acordo para que a meta fosse alcançada até 2012 (PROTOCOLO QUIOTO, 2004).

3.1.1 RIO DEZ E RIO MAIS VINTE

Depois da conferência do Rio 92 o Brasil passa despercebido, sem resultado e grandes efeitos nas mudanças da discussão ambiental. Os ambientalistas preocupados com a natureza e a questão social criaram uma institucionalização chamada Rio +10. O movimento das políticas ambientais tinham como objetivo apresentar processos educativos e desenvolver o fortalecimento sustentável do país, na época era bastante questionado pelos países latino-americanos e os economistas vinculados a tecnologia criaram estratégias de desenvolvimento sustentáveis, porém as práticas que seriam adotadas ainda estavam em discussão.

De acordo com o autor (LAYRARGUES, 2012) a sociedade brasileira abrange a discussão ambiental e neste mesmo período começaram os avanços e novos marcos regulatórios na gestão pública e na educação ambiental, como por exemplo, a criação de 422 conselhos nacionais do meio ambiente em 2010, também na época foi desenvolvida as campanhas e ações de projetos ambientais. Diante das políticas públicas adotadas, surgiram novas institucionalidades, a educação ambiental começou a ser planejada.

Em junho de 2012, o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas e segundo autor (LAGO, 2012), a evolução ambiental era vista de maneira isolada. O Rio +20 foi criado para buscar fortalecimento do desenvolvimento sustentável de forma equilibrada entre os aspectos ambientais e sociais nos próximos anos. A conferência tinha diversos desafios como: equilíbrio entre a economia e a sustentabilidade.

A Rio+20 mobilizou a imprensa e renovou o interesse dos brasileiros pelo desenvolvimento sustentável. Se juntarmos a isso o número elevadíssimo de atividades paralelas, organizadas pelos mais diversos setores da sociedade civil, já seria o suficiente para justificar o esforço do Governo brasileiro em organizar a maior Conferência das Nações Unidas de todos os tempos (LAGO, 2013, p. 16).

O movimento Rio +20 aponta diversos aspectos para setores da sociedade preocupados com a natureza, desmatamento e poluição do ar e os ambientalistas buscavam uma qualidade de vida melhor para a população. As opiniões públicas e as pressões políticas eram necessárias para pressionar os países industrializados, onde havia um número maior de comunidade científicas crescentes e os países desenvolvidos tratavam das questões ambientais como contexto social e econômico da ONU.

4 AGENDA AMBIENTAL DO BRASIL

Apesar do seu papel de destaque nas conferências ambientais internacionais até aqui, o Brasil sempre se mobilizou internamente para criação de órgãos de defesa ambientais desde 1989, com a criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) uma autarquia federal que possui autonomia para realização de gestão florestal.

Em 2015 o tratado de Paris é assinado pelo Brasil e mais 194 países a fim de reduzir a temperatura global. Uma das principais metas do Brasil com esse acordo além de reduzir o nível de emissão de gases de efeito estufa em até 37% (em comparação com os níveis de 2005) foi a diminuição do desmatamento, restauração e reflorestamento de até 12 milhões de hectares. Nesse mesmo período, o Brasil arrecadou mais de 3 bilhões em doações para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.

Com intuito de contribuir com a ampla divulgação do Acordo de Paris, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, editou esse encarte que contempla a versão oficial do Governo Brasileiro (Decreto nº 9.073/2017) para o acordo (Coordenação Geral do Clima, 2017, p. 3).

4.1 DESMATAMENTO NO BRASIL E SEU COMBATE

O Brasil é o país com o maior número de desmatamento de florestas primárias, principalmente na Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. A Rússia é o país com maior cobertura vegetal do mundo, em seguida o Brasil, porém, com o desmatamento a cobertura vegetal vem diminuindo ao longo dos anos, aproximadamente 20 mil quilômetros quadrados de vegetação nativa são desmatados por ano prejudicando a biodiversidade, o solo e aumentando a emissão de gás carbônico na atmosfera. Um dos principais motivos do desmatamento no Brasil são as atividades agropecuárias e a extração de recursos naturais para o desenvolvimento econômico (RODRIGUES, 2022).

Em 1934 a preservação do meio ambiente contra o desmatamento no Brasil passou ter uma importância significativa na história, anteriormente a responsabilidade de proteção das belezas naturais e monumentos de valor histórico era de

responsabilidade da União e dos Estados, a natureza de forma geral passou a ser considerada um patrimônio nacional e foram criados códigos para sua proteção. O primeiro e mais importante foi o Código Florestal (Decreto nº 23.793/34) que diz, “as florestas existentes no território nacional, consideradas em conjunto, constituem bem de interesse comum a todos os habitantes do país, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que as leis em geral, e especialmente este código, estabelecem.” (BRASIL, 1934).

O Código Florestal foi o resultado de um projeto realizado por uma comissão que considerava que nossas reservas florestais eram de interesse comum a todos os habitantes do país. Com a criação do código florestal a preservação e proteção do meio ambiente foi de grande importância, enfrentando na época sérias dificuldades com os desmatamentos por conta das plantações de café (CASTELO, 2014). Um novo Código Florestal foi revisado e aprovado (Lei nº 4.771/65) diz que:

As florestas existentes no território nacional, consideradas em conjunto, constituem bem de interesse comum a todos os habitantes, do país, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que as leis em geral, e especialmente este código estabelecem (BRASIL, 1965).

Em 1964, o novo Código substituiu as quatro medidas feitas em 1934 por quatro novas que são elas: Parque Nacional e Floresta Nacional, Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL) (Medeiros, 2006). O Novo Código Florestal teve sua segunda mudança importante em 1981, abrangendo a política nacional do meio ambiente na esfera estadual e federal. Decorrente dos debates na conferência de Estocolmo na Suécia, foi criada a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente) em 1973 e tinha como objetivo gerenciar as IBDF (Unidades de Conservação e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), sob gerência do IBDF foi criada quatro tipologias entre 1981 e 1984, a primeira foi as ESEC (Estações Ecológicas), as APA (Áreas de Proteção Ambiental), as RESEC (Reservas Ecológicas) e as ARIA (Áreas de Relevante Interesse Ecológico). Outra reserva criada pela SEMA foi as RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural), que visavam o reconhecimento de uma área protegida em domínios privados (CASTELO, 2014).

Quadro 1. Instrumentos de Política Ambiental (Brasil)

Período	Instrumentos	Tipologias
1934	Código Florestal (Dec. 2.3793/34)	Floresta Protetora; Floresta Remanescente; Floresta de rendimento;
1964	Código de Caça e Pesca (Dec. 2.3793/34)	Floresta Modelo; Parques de Criação e Refúgio de animais
1965 1999	Novo Código Florestal (Lei 4.771/65)	Parque Nacional; Floresta Nacional; Área de Preservação Permanente; Reserva Legal
	Lei de Proteção dos Animais (Lei 5.197/67)	Reserva Biológica; Parque de Caça Federal
	Programa Ma B, 1970 (Dec. 74.685/74 e Dec. Pres. 21/09/99)	Áreas de Reconhecimento Internacional
	Convenção sobre zonas Úmidas, 1971 (Promulgada pelo Dec. 1.905/96)	Áreas de Reconhecimento Internacional
	Conv. Patrimônio Mundial, 1972 (Promulgada pelo Dec. 80.978/77)	Áreas de Reconhecimento Internacional
	Estatuto do Índio (Lei 6.001 de 19/12/73)	Terras Indígenas
	Lei de criação das Estações Ecológicas (Lei 6.902/81)	Estação Ecológica
	Lei de Criação das Áreas de Proteção Ambiental (Lei 6.902/81)	Área de Proteção Ambiental
	Decreto da Criação das Reservas Ecológicas (Dec. 89336/84)	Reserva Ecológica
	Lei de Criação das ARIEs (89.336/84)	Área de Relevante Interesse Ecológico
	Lei de Criação das RPPNs (1.922/96)	Reserva Particular do Patrimônio Natural
2000 em diante	Novo Código Florestal (Lei 4771/1965)	Área de Preservação permanente Reserva Legal
	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9985/2000)	Unidades de Proteção Integral (PI) e Unidades de Uso Sustentável (US)
	Programa MaB, 1970 (Dec. 74685/74 e Dec. Pres. 21/09/99)	Áreas de Reconhecimento Internacional
	Convenção sobre Zonas Úmidas, 1971 (promulgada pelo Dec. 1905/96)	Áreas de Reconhecimento Internacional
	Conv. Patrimônio Mundial, 1972 (promulgada pelo Dec. 80978/1977)	Áreas de Reconhecimento Internacional
	Estatuto do Índio (Lei nº 6001de 19/12/1973)	Terras Indígenas

Fonte: CASTELO, 2015

O Brasil vem enfrentando o desmatamento ao longo dos anos e procurando alternativas sustentáveis para o desenvolvimento do país e preservação do meio ambiente, no final da década de 1990 e início dos anos 2000 com a criação de diversos programas e com investimentos públicos e privados, o Brasil passou a ter resultados positivos que visavam proteger os recursos naturais do país. Um dos maiores e mais importantes foi o FLORESCER (Programa Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais), que contava com investimentos federais para compra de equipamentos. Através do programa Florescer se identificou na Amazônia o “Arco do Desmatamento” devido ao alto índice de desmatamento ao longo dos anos. De acordo com (CASTELO, 2014) em 2001 foi executado diversos planos de ações, as principais ações foram a fiscalização dos recursos naturais, prevenção de queimadas e incêndios no Arco do Desmatamento e o monitoramento de queimadas e prevenção de incêndios florestais. Posteriormente em 2004 o governo brasileiro iniciou o plano de ação para o controle e preservação do

desmatamento na Amazônia legal, priorizando a inclusão social de acordo com a cultura da região amazônica para um desenvolvimento sustentável na região (CASTELO, 2014).

Em 2007 foi apresentada uma proposta “Fundo Amazônia” na 13ª Conferência das Partes da UNFCCC, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. Em agosto de 2008 essa proposta foi oficialmente criada por meio do Decreto nº 6.527 que diz:

Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES autorizado a adotar as providências necessárias ao estabelecimento e gestão do Fundo Amazônia, destinado a captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, contemplando as seguintes áreas (BRASIL, 2008).

O Fundo da Amazônia é um fundo que recebe doações voltadas para o investimento na preservação e fiscalização da Amazônia. Essas doações são realizadas por governos, empresas e empresários e o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) é responsável por gerir esse fundo (CASTELO, 2014).

Desde sua criação, o Fundo da Amazônia captou cerca de 3,4 bilhões de reais, a Noruega é a principal doadora do fundo com aproximadamente 3,1 bilhões de reais do capital investido, seguido pela Alemanha com aproximadamente 192 milhões de reais. O restante do montante de 3,4 bilhões é da Petrobras, que investiu cerca de 17 milhões de reais. Uma parte de todo capital investido foi utilizado, aproximadamente foi destinado a órgãos brasileiros cerca de 1 bilhão e 825 milhões de reais. O Fundo da Amazônia tem uma carteira de 102 projetos e é o principal mecanismo internacional de pagamento diante dos resultados do REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal) (REDD+ BRASIL, 2016). Existe um monitoramento específico na região amazônica, ou seja, se os valores de emissão de gás carbônico diminuem, o desmatamento também está diminuindo, com a comprovação desses resultados, os governos, empresas e empresários investem créditos no fundo. Segundo CASTELO (2014), foi registrado entre 2014 e 2017 uma queda de 75% de desmatamento na Amazônia, essa queda foi considerada um dos principais resultados para o combate do clima. Segundo MapBiomass em 2021 o Brasil

teve um aumento de 20% em relação ao ano anterior e desmatou 16.557 km² da vegetação nativa em todos os seus biomas como mostra o gráfico abaixo (MAPBIOMAS, 2021):

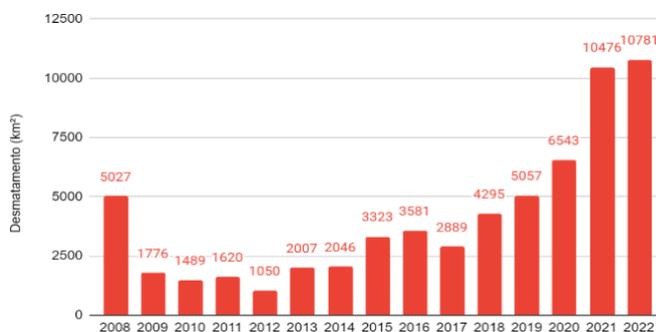
FIGURA 1. Mapa de Calor áreas desmatadas



Fonte :Aumento do desmatamento em todos os biomas (Gráfico: MapBiomas)

Entre agosto de 2021 a julho de 2022 foi registrado 10.781 km² de floresta desmatada. Nos últimos 15 anos essa foi a maior área desmatada registrada pelo SAD (Sistema de Alerta de Desmatamento) do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (CASTELO, 2014).

GRÁFICO 1. Histórico Desmatamento Km²



(Gráfico: Sistema de Alerta de Desmatamento – SAD)

Em outubro de 2021 foi realizada a COP26, uma das mais importantes conferências sobre o clima do planeta. A COP26 é realizada anualmente com a

maioria dos países com o objetivo de acompanhar e definir metas para as questões climáticas e ambientais. Durante a conferência o Brasil assinou o Acordo de Florestas e uso do território tendo como objetivo principal zerar o desmatamento até 2028 e restaurar as áreas desmatadas. O acordo assinado prevê a conservação e restauração das florestas e redefinição de política ambiental. De acordo com a ONU, serão disponibilizados US\$19 bilhões dos governos e empresas privadas para colocar fim ao desmatamento e restauração (BRONOSKI, 2021).

O Brasil oferece vários indicadores de retrocessos imensos. No próprio índice de sustentabilidade das Nações Unidas o Brasil aparece como um dos países que mais regrediu ambientalmente, ao lado da Venezuela. Então não dá para falar de sustentabilidade sem ações de sustentabilidade. Tem que chegar aqui na COP com um mínimo de autoridade para o resto do mundo acreditar (BRONOSKI, 2021).

Outro objetivo fundamental da COP26 é planejar medidas para que os produtos financiados por empresas privadas que venham afetar o desmatamento sejam proibidos, outro ponto importante são os povos indígenas que vivem nessas áreas e protegem suas aldeias e famílias. O embaixador brasileiro na COP26 afirma "Estamos satisfeitos com o resultado. Isto demonstra mais uma vez a nova postura brasileira de compromisso com os temas de desenvolvimento sustentável e, especificamente sobre mudança do clima" (PASSARINHO, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentando no decorrer do trabalho, com o passar dos anos do meio ambiente passou a ter maior importância devido ao uso desenfreado de recursos naturais para o desenvolvimento da sociedade, levando em consideração não apenas a extração dos recursos naturais, mas também o desenvolvimento político e social. Podemos observar que mediante a todos os estudos realizados não é recente a luta contra o desmatamento no Brasil, que conseqüentemente acarreta as questões políticas e sociais. Com o passar dos anos os projetos, políticas e objetivos estabelecidos, como por exemplo, a diminuição da emissão de gases de carbono colocado como meta na conferência de Estocolmo ganham importância e resultados por todo o mundo, atualmente o fundo da Amazônia é o maior e mais importante resultado em relação a emissão de gás carbônico na história da sociedade e reforçando a necessidade de mudanças constantes com o decorrer dos anos de acordo com a necessidade e prioridade do meio ambiente.

Com os incentivos fiscais dos governos envolvidos para o desenvolvimento da economia sustentável e principalmente contra o desmatamento no Brasil, tivemos resultados positivos, mas ao mesmo tempo instáveis, mostrando que a luta contra o desmatamento continua e que a conscientização das pessoas é necessária para a preservação do meio ambiente, o não cumprimento das regras e metas estabelecidas nas conferências acarreta problemas fiscais, políticos e cortes de verba. Entre as conferências apresentadas algumas se destacam, muito por conta das metas pré-estabelecidas pelos governos e importância da preservação do meio ambiente de forma sustentável, o relatório de Meadows trouxe de fato a importância do reconhecimento do problema ambiental e diante disso a conferência de Estocolmo trouxeram os planos de ação que deveriam ser colocados em prática, criando a declaração e descrevendo as responsabilidades ambientais, sociais e políticas com o meio ambiente.

O governo brasileiro precisa estrategicamente organizar seus objetivos para os próximos anos, como por exemplo, durante a COP26 a delegação brasileira assinou o acordo de florestas e uso do território com o objetivo de zerar o desmatamento no Brasil até 2028, antecipando o que estava planejado até 2030. Esse mesmo acordo prevê o desenvolvimento dessas áreas desmatadas com auxílio financeiro de

empresas e governos em parceria com a ONU. A economia sustentável é um ponto muito importante para o desenvolvimento dos países, das culturas e das pessoas visando um futuro mais verde e com menos extração de recursos naturais de forma não sustentável, tem muito a ser feito, mas a causa está em pauta e atualmente o mundo olha para isso com outros olhos.

5.1.1 RETROCESSO NA PROTEÇÃO AMBIENTAL

O ano de 2022 ainda não acabou, mas podemos dizer que entre os anos de 2019 e 2022 o retrocesso no meio ambiente foi visível. Tão visível que foi pauta de muitos assuntos internacionais, sendo assustador para todos, mas não surpresa para muitos, afinal, o Jair Bolsonaro já falava claramente sobre as suas atitudes em relação ao meio ambiente, antes mesmo de tomar posse (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2019).

Durante as eleições a repercussão foi grande e negativa para o presidente, fazendo com que o mesmo desse um passo para trás em suas falas, mas não desistisse dos processos. Dentro de 100 dias de governo Bolsonaro, o presidente fez mudanças bruscas e colocou a Amazônia, indígenas e toda a população brasileira em

perigo, autorizando o plantio de mais de 120 tipos de novos agrotóxicos, um recorde comparado aos últimos 10 anos (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2019).

O MMA (Ministério do Meio Ambiente) e INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) sofreram mudanças drásticas e os órgãos mais respeitados no país, perderam sua força, fazendo com que muitos funcionários fossem demitidos para que outros sem nenhuma experiência fossem contratados, como por exemplo o IBAMA e ICMBio. Os cortes só do ICMBio são graves, avaliados em R\$7 milhões e a ex-presidente do IBAMA declara que “Para gerenciar tudo que é responsabilidade do ICMBio, seria necessário 3x mais o que o orçamento previu.” (PONTES, 2021).

Em 2021 houve escândalos devido à derrubada das árvores em áreas ilegais do país, entre Amazonas e Pará, e o itinerário não batia com a documentação legal, fora vários outros conflitos entre documentações, segundo a revista VEJA (CASTRO; GONÇALVES, 2021). O país sofreu em 3 anos e meio de mandato o que não sofreu por mais 10 anos consecutivos, causando problemas no meio ambiente e na economia do país, visto que, operações militares com intuito de ferir a Amazônia, teve um gasto em custos públicos de mais de R\$500 milhões (ECODEBATE, 2022).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4.771/65, de 15 de setembro de 1965. **Código florestal**. Rio de Janeiro, RJ, 15 jan. 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm. Acesso em 15 nov. 2022.

FEITOSA, E. **1972: o Brasil na Conferência de Estocolmo**. Gabinete de História, 2013. Disponível em: <<https://gabinetedehistoria.blogspot.com/2013/10/1972-o-brasil-na-conferencia-de.html>>. Acesso em: 29 set. 2022.

THALISSON, A. **Desenvolvimento Sustentável**. Ensino Verde. 2021. Disponível em: <<https://pemd.univasf.edu.br/ensinoverde/desenvolvimento-sustentavel.php>>. Acesso em: 29 set. 2022.

BARRETO, P. **História - Rio-92**. Ipea. 2009 Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid>. Acesso em: 6 out. 2022.

Brasil possui a 2ª maior área de florestas do mundo. G1. Globo. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2020/03/21/brasil-possui-a-2a-maior-area-de-florestas-do-mundo.ghtml>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 23.793/34, de 23 de janeiro de 1934. **Código florestal**. Rio de Janeiro, RJ, 23 jan. 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.527, de 1 de agosto de 2008. **Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**. Rio de Janeiro, RJ, 08 ago. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6527.htm> Acesso em 22 nov. 2022.

BRONOSKI, B. **Brasil assina Acordo de Florestas e anuncia “fim do desmatamento”, sem divulgar estratégias ou metas**. Observatório de Justiça e Conservação. 2021. Disponível: < <https://justicaeco.com.br/brasil-assina-acordo-de-florestas-e-anuncia-fim-do-desmatamento-sem-divulgar-estrategias-ou-metas/>>. Acesso em: 20 nov. 2022

CARVALHO, L. **Desenvolvimento sustentável: da Economia Ecológica à Economia de Decrescimento**. 2017. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18119/1/2017_LarissaNevesDeCarvalho_tcc.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022

CASTELO, T. **Legislação Florestal Brasileira e Políticas de Governo de Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal**, v.18, n.4, pag.221 – 242, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/59pYLBgypKPdCcpsBvCvcgP/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 18 nov. 2022

CASTELO, T. **Legislação Florestal Brasileira e Políticas do Governo de Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal**. Scielo, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/59pYLBgypKPdCcpsBvCvcgP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

CASTRO, J. GONÇALVES, E. **Escândalo amazônico: os acusados no caso da apreensão recorde de madeira**.

VEJA. 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/inquerito-da-pf-revela-acusados-no-caso-de-apreensao-recorde-de-madeira/>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

CLUBE DE ROMA -**PROBLEMAS AMBIENTAIS NAS PRÓXIMAS DÉCADAS**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.outorga.com.br/pdf/Artigo_350_CLUBE_DE_ROMA_PROBLEMAS_AMBIENTAIS.pdf>.

Conferência de Estocolmo | PROCLIMA - **Programa Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencias-internacionais-sobre-o-meio-ambiente/estocolmo/>>. Acesso em: 24 set. 2022.

Desmatamento na Amazônia chega a 10.781 km² nos últimos 12 meses, o maior em 15 anos - Imazon.2022 Disponível em: <<https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-chega-a-10-781-km%C2%B2-nos-ultimos-12-meses-maior-area-em-15-anos/>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

FARIAS, I. **Questões do Desenvolvimento - Sustentabilidade**. Ipea. 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2329:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 29 set. 2022.

FREITAS, Eduardo de. **Estocolmo-72**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/estocolmo-72.htm>>. Acesso em 03 de dezembro de 2022.

Fundo Amazônia atinge R\$ 1 bilhão em desembolsos. Fundo Amazônia, Disponível em: <[https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/noticia/Fundo-Amazonia-atinge-R\\$-1-bilhao-em-desembolsos/](https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/noticia/Fundo-Amazonia-atinge-R$-1-bilhao-em-desembolsos/)>. Acesso em: 18 nov. 2022.

GENIN, C.; MEDEIROS, C. **O saldo da COP26: o que a Conferência do Clima significou para o Brasil e o mundo**. 2021. Disponível em: <<https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-saldo-da-cop26-o-que-conferencia-do-clima-significou-para-o-brasil-e-o-mundo#:~:text=Os%20dados%20do%20Inpe%20de,cumprir%20%E2%80%93%20a%20come%C3%A7ar%20pelas%20leis.>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

GURSKI, B; GONZAGA, R; TENDOLINI, P. **Conferência de Estocolmo: Um Marco Na Questão Ambiental**, Revista Uni Curitiba, v. 11, n. 12, p. 69-70, 2012. Disponível em: <<https://www.terrabrazilis.org.br/ecotecadigital/pdf/conferencia-de-estocolmo-um-marco-na-questao-ambiental.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2022.

IGNACIO, J. **ECO-92: o que foi a conferência e quais foram seus principais resultados.** | Politize. 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/eco-92/>>. Acesso em: 6 out. 2022.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Retrocessos ambientais marcam os 100 dias do governo Bolsonaro.** 2019. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/588268-retrocessos-ambientais-marcam-os-100-dias-do-governo-bolsonaro>> Acesso em 09 de nov. de 2022.

LAGO, A. **Conferências Desenvolvimento sustentável.** Brasília. Gráfica e Editora Ideal. 2013

LAYRARGUES, P. **Educação ambiental no Brasil o que mudou nos vinte anos entre Rio 92 a Rio+20.** 2013. Disponível em: <comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542012000200009&lng=pt&nrm=is&tlng=pt 1/4> Acesso em: 10 out. 2022

LIMA, C. **Clube de Roma debate futuro do planeta há quatro décadas.** Portal PUC-Rio Digital. 2012. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=148&infoid=12080#.Y4te-3bMI2w>>. Acesso em: 22 set. 2022.

MEADOWS.D. et al. **Limites do Crescimento.** 2. Ed. Brasil. Editora Perspectiva S.A. 1973

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. **Acordo de Paris.** 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos>> . Acesso em: 11 nov. 2022

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção Sobre Diversidade Biológica.** 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/convencao-sobre-diversidade-biologica>>. Acesso em: 27 out. 2022

NOSSO FUTURO COMUM. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getulio Vargas. 1991.

O QUE É ECONOMIA ECOLÓGICA? – Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Ecoeco, [1991 ou 2001] Disponível em: <<http://ecoeco.org.br/economia-ecologica/#:~:text=A%20Economia%20Ecol%C3%B3gica%20entende%20que,o%20ambiente%20%E2%80%93%20onde%20os%20recursos>> Acesso em: 22 set. 2022.

OLIVEIRA, Leandro Dias. **Os "Limites do Crescimento" 40 Anos Depois.,** [S.l.], n.1,p.72-96,2012.ISSN 2317-8825. Disponível em: <<http://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/8>>. Acesso em: 28 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre Diversidade Biológica propõe nova estratégia global até 2030.** 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/136016-convencao-sobre-diversidade-biologica-propoe-nova-estrategia-global-ate-2030>> Acesso em 09 de nov. de 2022.

PONTES, N. **Corte de verba reforça desmonte da fiscalização ambiental.2021** dw.com, disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/corte-de-verba-refor%C3%A7a-desmonte-da-fiscaliza%C3%A7%C3%A3o-ambiental-no-brasil/a-57327500>> Acesso em: 9 nov. 2022.

Protocolo de Montreal – Ibama, 2021. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/emissoes/camada-de-ozonio/protocolo-de-montreal#sobre-protocolo-montreal>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PROTOCOLO DE QUIOTO. Brasília. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. **2004** – páginas 88.

REDAÇÃO. **Em 36 meses, governo promoveu retrocessos de 30 anos na agenda.2022** socioambiental. EcoDebate. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2022/01/11/em-36-meses-governo-promoveu-retrocessos-de-30-anos-na-agenda-socioambiental/?cn-reloaded=1>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

REDD+ BRASIL. **O Que é o REDD+.** 2016. Disponível em: <<http://redd.mma.gov.br/pt/pub-apresentacoes/item/82-o-que-e-redd#:~:text=REDD%2B%20%C3%A9%20um%20incentivo%20desenvolvido,Degrad a%C3%A7%C3%A3o%20florestal%2C%20considerando%20o%20papel>> Acesso em 22 nov. 2022.

RODRIGUES, M. **Como a Convenção sobre Diversidade Biológica influencia a agenda de bioeconomia.** Portal da Industria, 2021 Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/sustentabilidade/como-a-convencao-sobre-diversidade-biologica-influencia-a-agenda-de-bioeconomia/>>. Acesso em: 6 out. 2022.

SANSON, C. **Retrocessos ambientais marcam os 100 dias do governo Bolsonaro.2019** Unisinos.br. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/588268-retrocessos-ambientais-marcam-os-100-dias-do-governo-bolsonaro>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

VALPORTO, O. **MapBiomass: desmatamento no Brasil cresceu 20% em 2021. 2020.** Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods15/mapbiomas-desmatamento-no-brasil-cresceu-20-em-2021/>>. Acesso em: 18 nov. 2022.